



## **Transtornos Específicos de Aprendizagem (TEA): atuação das políticas inclusivas de educação no enfrentamento do fracasso escolar**

Ariel Moraes de Andrade<sup>1</sup>  
Álvaro Mical Duarte Fonseca<sup>2</sup>  
Mirelly Gabriella Laurentino da Silva<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O Transtorno Específico de Aprendizagem (TEA) é um termo global caracterizado como uma alteração em um ou mais processos cognitivos básicos concernentes ao entendimento ou uso da linguagem oral ou escrita. Os TEA são divididos em subtipos conforme a área de aprendizagem específica mais afetada, sendo eles: dislexia, disortografia, discalculia e dispraxia. O ambiente em que isso se evidencia é, principalmente, a escola, portanto, torna-se essencial pensar a respeito de como os alunos são assistidos, considerando este enquanto espaço de integração, aprendizagem e socialização. Com isso, o sujeito precisa de um acompanhamento adequado e um programa individual de ensino. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo geral: compreender de que forma acontece a atuação das políticas públicas de inclusão frente ao fracasso escolar acarretados pelos Transtornos Específicos de Aprendizagem, e como objetivos específicos: Apresentar as características e consequências do TEA e expor as políticas públicas inclusivas que visam assistir e acolher a classe estudantil que demande um atendimento especializado. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica que, segundo Gil (2002), é uma importante ferramenta de pesquisa, pois ela analisa diversos estudos já comprovados e estudados. Portanto, percebe-se que a aplicação adequada das políticas públicas pode ser um atuante fundamental para diminuir o fracasso escolar dos alunos que apresentam algum tipo de TEA, logo, esses alunos terão formação adequada para inserção no mercado de trabalho e das demais atividades enquanto cidadãos.

**Palavras-chave:** Transtornos Específicos de Aprendizagem, Inclusão e Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

Segundo Mari e Kieling (2013) citando o Individual With Disabilities Education Act (2004), o Transtorno Específico de Aprendizagem (TEA) é um termo global caracterizado como uma alteração em um ou mais processos cognitivos básicos concernentes ao entendimento ou uso da linguagem oral ou escrita, que pode demonstrar um déficit no ato de se expressar ou compreender a fala, ler, realizar cálculos matemáticos, escrever ou ter domínio ortográfico. Os TEA são divididos em subtipos conforme a área de aprendizagem específica mais afetada, sendo eles: dislexia, disortografia, discalculia e dispraxia.

De acordo com os autores supracitados, a dislexia é considerada um transtorno de leitura, em que o sujeito possui déficit na fluência da leitura, dificuldades na apropriação da escrita e problema no desenvolvimento de atividades que necessitem o processamento da

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Potiguar – RN, arielandrade@hotmail.com;

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Potiguar – RN, alvfonseca@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduado pelo Curso de Psicologia da Universidade Potiguar – RN, mirellygabriella@icloud.com;



informação fonológica. A discalculia é um transtorno de habilidades matemáticas, em que o sujeito manifesta dificuldades em atividades que envolvam sequência numérica, entendimento de símbolos matemáticos, orientação de tempo e medida e no manuseio da moeda de valor, como em calcular o troco.

Seguindo com os subtipos de TEA, Mari e Kieling (2013), caracterizam a disortografia como um transtorno de expressão escrita em que há dificuldades com a compreensão do código da escrita, produção frequente de erros ortográficos e inversão de sílabas ao escrever as palavras. A dispraxia é demonstrado como um transtorno de desenvolvimento da coordenação descrito pelas complicações na organização do movimento como no ato de se vestir, praticar atividade física e na organização gráfica da escrita.

Uma vez levantada a suspeita de presença do transtorno de aprendizagem, os principais diagnósticos para esses transtornos são: dificuldades de aprendizagem desde as primeiras etapas de desenvolvimento; desempenho abaixo do esperado para a idade em testes padronizados de leitura, matemática ou expressão escrita. Todavia, para se chegar ao diagnóstico, alguns fatores precisam ser descartados, como: a possibilidade da existência de déficit intelectual, motor, auditivo ou visual, além disso, a possibilidade de que a escolarização inadequada e que exista questões emocionais, psicológicas ou socioeconômicas possam estar interferindo na capacidade de aprendizagem também precisa ser descartada (ALVES; NAKANO, 2015).

O ambiente em que isso se evidencia é, principalmente, a escola, portanto, torna-se essencial pensar a respeito de como essas crianças são assistidas no âmbito escolar, considerando este enquanto espaço de integração, aprendizagem e socialização. Por meio da Psicologia Escolar Educacional, o aluno poderá ser assistido de acordo com sua necessidade, haja vista que o psicólogo poderá contribuir na identificação de déficits e na proposta de elaboração de materiais utilizados no processo de ensino e aprendizagem.

Partindo desse ponto, compreendendo que o sujeito que demonstra sintomas de algum transtorno específico de aprendizagem precisa de um acompanhamento adequado e um programa individual de ensino, entretanto, frequentemente, apesar de já existir políticas públicas visando a inclusão escolar e educacional, os alunos não são assistidos da forma mais adequada ou especializada, logo, poderão aumentar a gravidade da sua dificuldade e apresentar um fracasso escolar.

Portanto, notar-se-á a importância da compreensão sobre esse tema, haja vista que, no decorrer da história, diversas políticas públicas foram criadas para contemplar e incluir o



público estudantil que outrora havia sido excluído da academia ou havia passado pelo processo de cristalização de um preconceito devido suas dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, é necessário conhecer as novas perspectivas governamentais para que se possa atender esses alunos com mais eficiência, mitigando, assim, o fracasso escolar.

Dessa forma, o trabalho tem como objetivo geral: compreender de que forma acontece a atuação das políticas públicas de inclusão frente ao fracasso escolar acarretados pelos Transtornos Específicos de Aprendizagem, e como objetivos específicos: Apresentar as características e consequências do TEA e expor as políticas públicas inclusivas que visam assistir e acolher a classe estudantil que demande um atendimento especializado.

## **METODOLOGIA**

### ***Tipo de estudo***

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica que, segundo Gil (2002), é uma importante ferramenta de pesquisa, pois ela analisa diversos estudos já comprovados e estudados, em que se pode fazer um compilado de todo esse material e apresentar uma análise crítica sobre o tema. Além disso, a pesquisa bibliográfica possibilita a interação do conteúdo entre diversos pontos de vista de autores diferentes e a relacionar com a proposta do trabalho. A pesquisa bibliográfica é construída com base em um aparato de materiais já formados, como em livros, revistas, sites oficiais ou publicações periódicas. A estrutura bibliográfica tem grande importância para a apropriação e aprendizagem de novas informações uma vez que, por muitas vezes, é um dos principais meios de estudo de pesquisadores acadêmicos.

### ***Local de coleta de dados***

Para o estudo bibliográfico foram utilizados os artigos encontrados na base de dados Scielo e livros tanto físicos quanto digitais, em 2020. Os artigos foram de acesso livre, sendo uma forma de utilização dos textos na íntegra em revistas e periódicos nacionais.

### ***População e amostra***



Considerou-se artigos científicos de livre acesso, em língua portuguesa, nos últimos 10 anos. A pesquisa teve duração de, aproximadamente, dois meses, entre julho e setembro de 2020. Para o processo de pesquisa, foram utilizadas palavras-chave como: Transtornos Específicos de Aprendizagem, Inclusão e Políticas Públicas. Como critérios de exclusão foram: artigos de acesso privado, artigos internacionais ou que traziam dados inferiores ao ano de 2010.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante de diversificados contextos expostos neste presente trabalho, podemos identificar diferentes subtipos de Transtorno Específico de Aprendizagem (TEA), em que percebe-se a necessidade de problematizar sobre as políticas públicas que cercam a inclusão daqueles que carecem de condições educacionais especiais, como também revisar e refletir diante das medidas utilizadas atualmente.

É de conhecimento público que, segundo o Art. 205, do cap. 3, da Educação, da Cultura e do Desporto, seção I da Constituição Federal de 1988, a educação e o acesso à mesma diz de um direito que se estende a todos os brasileiros, sem nenhuma distinção ou discrepância - tendo obrigatoriedade legal de acolher; sendo este dever de seguridade do Estado em colaboração da sociedade, buscando viabilizar um desenvolvimento pleno dos indivíduos para que estes possam exercer sua cidadania e qualificar-se para o mercado de trabalho; compreendendo assim, que o direito a educação jamais poderá vir a ser negado, pois ele irá proporcionar aos cidadãos o conhecimento necessário para viver com dignidade (BIANCHETTI, 1995; SASSAKI, 1997).

No entanto, é necessário voltar-se para a realidade da educação para aqueles que necessitam de condições educacionais especiais; no qual, temos um registro de grande resistência a aceitação social em toda história, onde até meados do século XVII, pessoas cometiam abandono, afogamento e asfixia com aqueles que fugiam da “normalidade” esperada na época.

Ao fim do mesmo século e nas décadas iniciais do século XIX, nos países Escandinavos e na América do Norte, surgiu a institucionalização especializada de pessoas com deficiência, o que culminou a Educação Especial, onde a sociedade tomou conhecimento que existia uma demanda para atender pessoas deficientes, adotando assim um caráter assistencialista (FREITAS, 2008). Em que em 1986, surge uma nova concepção, que tem como proposta a integração educacional, na qual, viabiliza oferecer uma mediação aos alunos em seu potencial de



aprendizagem; avaliando os recursos necessários para atender as necessidades presentes e evitar dificuldades para assim, gerar resultados satisfatórios (CARDOSO, 2003).

Entretanto, é possível afirmar que foi um longo caminho trilhado para que essa atenção se afastasse desse caráter assistencial e se aproximasse da realidade de incluir e acolher uma realidade tão heterogênea, como hoje, que temos a educação inclusiva. No qual, é conceituada atualmente através da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1996, que relata que a abordagem inclusiva vem a assegurar que os alunos tenham ferramentas e métodos que venham viabilizar o suprimento das suas necessidades, distanciando assim do fracasso escolar.

É de extrema necessidade que as políticas vigentes venham a repensar sobre o cenário atual; pois, precisamos corresponder às diversificados contextos educacionais, sendo assim, torna-se necessário que tenha-se adaptações em propostas, estratégias e recursos pedagógicos, como também, capacitação docente e estruturas físicas, onde possa vir a inserir em classes regulares todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, socioeconômicas, raça ou religião, como previsto na educação inclusiva, para que estes possam aprender juntos levando em consideração diversos contextos sócio- histórico-cultural (FREITAS, 2008).

No entanto, a Constituição Federal regulamenta através da Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, em seu Art. 1º, no qual, estabelece normas que geram seguridade dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, efetivando assim a integração social, levando em consideração os valores básicos da igualdade, tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana e do bem-estar (BARRETA; CANAN, 2012); compreendendo assim, que pessoas com necessidades educacionais especiais precisam ter oportunidades de ser, aprendendo e convivendo com suas limitações, ignorando toda reprodução de “status quo” e/ou conceito de anormalidade que não representam a heterogeneidade das classes atuais.

Além disso, Montoan (2011) aponta que muitas das dificuldades resultam no fracasso escolar. Entretanto, esse fracasso não reflete unicamente das necessidades especiais dos alunos, mas da proposta elitista, meritocrática e homogeneizador, produzindo um processo escolar excludente. Nesse sentido, a autora Carvalho (2008, p. 5) complementa afirmando que “a inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como foco, mas considerando as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas.” Todavia, a cristalização dos conceitos de incapacidade e deficiência rotula os



alunos e são estereotipados ao longo do processo de ensino-aprendizagem, o que possibilita o negligenciamento dos aspectos pedagógico, haja vista que muitos dos profissionais consideram esses alunos incapazes de aprender ou de desenvolver seu conteúdo cognitivo e intelectual.

Segundo a autora supracitada, aspectos estruturais e pedagógicos são de total importância para a garantia das políticas públicas, porém, principalmente no âmbito público, esses aspectos são deficitários, seja por falta de investimento seja por falta de capacitação profissional que ocasiona a falta de informação e ações adequadas para as demandas escolares. Diante disso, tem-se a formação do profissional como essencial para que os paradigmas do TEA sejam mitigados e, pelo contrário, esses alunos sejam desenvolvidos e tenham acesso a educação de forma clara e individualizada.

Paula e Peixoto (2019, p.13) afirmam que:

“Percebe-se que ainda o processo de ensino aprendizagem entre alunos com autismo e professores proporciona grandes dificuldades na escola. Há a necessidade que eles, a escola junto aos professores, possuam interesse em buscar e conhecer novas metodologias educativas, para que assim, a criança com autismo possa se envolver no meio educacional e social.”

Portanto, percebe-se que a inclusão dos alunos com necessidades especiais ainda é uma grande demanda para a escola e para os professores, haja vista que são habituados ao modelos regular e homogêneo das classes e do método de ensino, sendo um desafio apresentar metodologias e intervenções que possibilitem o acesso a educação com qualidade para esses alunos.

Sendo assim, notar-se-à os diversos fatores que contribuem para o fracasso escolar, todavia, as políticas públicas existem para que as defasagens sejam corrigidas e a educação chegue de forma efetiva e qualificada para toda população. Apesar de ser um processo difícil e vagaroso, as políticas de inclusão estão sendo cada vez mais assistidas e promovidas no contexto escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante disto, compreendendo a atual conjuntura em volta do autismo e como ele se apresenta nos sujeitos, as políticas públicas de inclusão colaboram para o acesso de todas à educação. Percebe-se que o TEA é um tema que já vem sendo bastante discutido na atualidade e as ações de inclusão são cada vez mais fomentadas nas instituições escolares, tanto na rede privada quanto na pública.



Todavia, ainda é notório o fracasso escolar advindo dos diversos déficits no processo de inclusão. Um dos fatores de fracasso escolar parte do princípio de um preconceito velado, em que o discurso de incapacidade e deficiência se sobrepõe às potencialidades do aluno e o suporte para o aluno pode ser negligenciado pela crença de que ele não consegue aprender devido suas demandas.

Dessa forma, é importante que haja uma quebra dos paradigmas sobre a evolução e desenvolvimento dos alunos com TEA para que as políticas públicas possam ser garantidas a todas as pessoas, inclusive, as neurotípicas. Além disso, é importante a promoção de psicoeducação sobre a cristalização dos rótulos escolares, haja vista que o aluno com TEA é dotado de outras potencialidades que, uma vez evidenciadas e estimuladas, podem ser de grande valia no seu processo de ensino-aprendizagem.

Logo, percebe-se que as políticas públicas são ferramentas essenciais na garantia dos direitos desse público, porém, precisa ser acompanhada por esferas atitudinais e progressivas sobre as realidades que podem ser substanciais e esplendorosas no desenvolvimento dos alunos com TEA.

Além disso, é importante ressaltar que as políticas de inclusão não visam somente a inserção do aluno em sala de aula, mas incluir em todas as atividades, promovendo condições para que eles possam interagir tanto com os profissionais quanto com as outras crianças, construindo novos conhecimentos de maneira própria e no tempo da criança.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Rauni Jandé Roama; NAKANO, Tatiana de Cássia. Criatividade em indivíduos com transtornos e dificuldades de aprendizagem: revisão de pesquisas. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 87-96, fev. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J. M.; STOBAÜS, C. (Org.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva: a Reorganização do Trabalho Pedagógico. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008

FREITAS, Neli Klix. Políticas públicas em educação inclusiva: Espaços e desafios para aprendizagem. IX Congresso Nacional de Educação - Educere, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 323-336, jul./set. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n60/v16n60a02.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petropolis: Vozes, 2011.

PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e possibilidades. Cadernos da Pedagogia, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 31-45, out. 2019.